



## Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

### ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL

Aos 04 dias do mês de outubro de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão De Economia, Obras Públicas, Planeamento E Habitação, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **10h00** – Reunião Ordinária

1. Aprovação das **atas n.º 112 e 113**, relativas às reuniões dos dias 26 e 27 de setembro
2. Apreciação e votação do **Requerimento** apresentado pelo CH, para «audições urgentes do Presidente do IAPMEI, Eng.º Luís Filipe Pratas Guerreiro, do Presidente do COMPETE, Dr.º Nuno Mangas, bem como do Ministro da Economia e do Mar, Eng.º António Costa e Silva e a Ministra da Presidência, Dr.ª Mariana Vieira da Silva, sobre o IAPMEI não ter tesouraria para efetuar pagamentos dos projetos do Portugal 2020»
3. Apreciação do **Requerimento** apresentado pelo BE, para solicitação dos «estudos de avaliação à Infraestruturas de Portugal, IP, que levaram à decisão do traçado da linha de Alta velocidade»
4. Apreciação e votação do **Requerimento** apresentado pelo PCP, para «Audição urgente do Ministro das Infraestruturas sobre o anunciado processo de privatização da TAP»
5. Apreciação e votação do Relatório de Atividades referente à 1.ª Sessão Legislativa
6. Apreciação e votação do Relatório relativo ao **Projeto de Lei n.º 190/XV/1.ª (CH)** - «Altera a Lei Geral Tributária e a lei de bases da habitação no que diz respeito às manifestações de fortuna não justificadas e pela alteração da lei de bases da habitação»
7. Apreciação e votação do Relatório relativo ao **Projeto de Lei n.º 509/XV/1.ª (PCP)** - «Estabelece o Regime de Recuperação do Controlo Público dos CTT»
8. Apreciação e votação do Relatório relativo ao **Projeto de Lei n.º 745/XV/1.ª (PSD)** - «Procede à quinta alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o Regime Jurídico do Transporte Coletivo de Crianças e Jovens, publicada no Diário da República n.º 75/2006, Série I-A de 2006-04-17, páginas 2783 - 2787 pela Assembleia da República, alterada pelo Decreto-Lei n.º 101/2021, de 19 de novembro, pela Lei n.º 5/2013 de 22 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 255/2007 de 13 de julho e pela Lei n.º 17-A/2006 de 26 de maio»
9. Apreciação e votação do Relatório relativo ao **Projeto de Lei n.º 792/XV/1.ª (IL)** - «Simplifica eliminando a obrigatoriedade do dístico azul para a circulação na via pública dos veículos elétricos»



## Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

### ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL

10. Apreciação e votação do Relatório relativo ao **Projeto de Lei n.º 799/XV/1.ª (CH)** - «Cria a Plataforma de Registo de Arrendatários Municipais (PRAM)»
11. Apreciação e votação do Relatório relativo ao **Projeto de Lei n.º 814/XV/1.ª (PAN)** - «Aprova o regime jurídico de limitação de voos em rotas aéreas internas com ligação ferroviária alternativa satisfatória, assegurando a execução na ordem jurídica interna das medidas ambientais previstas no Regulamento (CE) n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008»
12. Baixou à Comissão, em conexão, o **Projeto de Lei n.º 914/XV/1.ª (CH)** - «Atualiza o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 900»
13. Outros assuntos

**10h30** – Audição da APCA – Associação Portuguesa do Comércio Automóvel, no âmbito da apreciação na especialidade do **Projeto de Lei n.º 454/XV/1.ª (PSD)** - «Procede à Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, relativa aos Direitos do Consumidor na Compra e Venda de Bens, Conteúdos e Serviços Digitais»

**12h00** – Audição da ARAN – Associação Nacional do Ramo Automóvel, no âmbito da apreciação na especialidade do **Projeto de Lei n.º 454/XV/1.ª (PSD)** - «Procede à Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, relativa aos Direitos do Consumidor na Compra e Venda de Bens, Conteúdos e Serviços Digitais»

---

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Afonso Oliveira, passou-se à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:

1. Aprovação das atas n.º 112 e 113, relativas às reuniões dos dias 26 e 27 de setembro

Submetidas a votação, as atas foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência dos GPs do CH, IL e PCP.

2. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo CH, para «audições urgentes do Presidente do IAPMEI, Eng.º Luís Filipe Pratas Guerreiro, do Presidente do COMPETE, Dr.º Nuno Mangas, bem como do Ministro da Economia e do Mar, Eng.º António Costa e Silva e a Ministra da Presidência, Dr.ª Mariana Vieira da Silva, sobre o IAPMEI não ter tesouraria para efetuar pagamentos dos projetos do Portugal 2020»



## **Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

### **ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL**

O senhor Presidente indagou o GP requerente sobre a possibilidade de estas audições serem feitas na Subcomissão SAFE-PRR, por uma questão de agenda. O Senhor Deputado Filipe Melo (CH) indicou que o seu GP prefere que sejam feitas na Comissão, já que nem todos os Deputados têm assento na SAFE-PRR, não obstante a noção de que serão, assim, mais diferidas no tempo. Considerou que o mais importante é ouvir as entidades e apoiar as empresas que se veem privadas de receber o valor que lhes é devido já há algum tempo. O Senhor Deputado Jorge Mendes (PSD) indicou que o seu GP tem também um requerimento preparado para ouvir o Senhor Ministro da Economia e Mar e o IAPMEI sobre esta questão, que considerou gravíssima pelo atraso nas contribuições de candidaturas aceites, e preocupante porque o IAPMEI não dá respostas. Considerou ainda que é da maior gravidade que tal suceda tão próximo do final do programa, quando houve, anteriormente, tempo para resolver, pelo que se trata, também, de apurar responsabilidades.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) indicou ser do conhecimento do seu GP que está a ser feito um esforço de resolução, e indicou que o GP PS partilha as preocupações. Dada a urgência do tema, que o GP CH reconhece, e existindo a SAFE\_PRR, defendeu que estas audições devem ser aí realizadas, sem prejuízo de a Comissão poder chamar o Senhor Ministro da Economia e Mar, ou o Senhor Secretário de Estado, para apurar responsabilidades, na sequência das audições na SAFE-PRR. O Senhor Deputado Filipe Melo (CH) indicou dois motivos para discordar desta metodologia: os Ministros não podem ser ouvidos em Subcomissão, e alguns dos Deputados da Comissão não são membros da SAFE-PRR. No entanto, considerou que, se o GP PS puder ultrapassar o segundo motivo elencado, é possível ouvir os presidentes do IAPMEI e do COMPETE na SAFE-PRR, sendo os Ministros da Presidência e da Economia e Mar ouvidos na Comissão.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) indicou que o seu GP manterá o voto contra no requerimento, no pressuposto de que a audição dos ministros deve ser avaliada após a audição das restantes entidades.

O Senhor Deputado Filipe Melo (CH) declarou que cumpre aos deputados escrutinar o trabalho do Governo e não de entidades autónomas. Declarou manter o requerimento sem separar a votação das entidades a ouvir, ficando o GP PS com o ónus dessa votação.

**Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

**ATA NÚMERO 117/XVI/ 2.ª SL**

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos a favor de PSD, CH, IL e BE; o voto contra do PS e a abstenção do PCP.

3. Apreciação do Requerimento apresentado pelo BE, para solicitação dos «estudos de avaliação à Infraestruturas de Portugal, IP, que levaram à decisão do traçado da linha de Alta velocidade»

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) indicou ter o seu GP recebido diversos pedidos e questões sobre esta matéria, indicando não se tratar da concordância ou não com o traçado, mas sim com a necessidade de obter informação sobre os estudos realizados. O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) considerou que a análise e disponibilidade dos estudos é relevante, mas que os estudos estão disponíveis e são públicos, disponibilizando-se para ceder os dados de acesso à página da Agência Portuguesa do ambiente, referindo o estado de publicação de divulgação dos mesmos.

O Senhor Presidente deu nota de que os estudos já se encontram pedidos.

4. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo PCP, para «Audição urgente do Ministro das Infraestruturas sobre o anunciado processo de privatização da TAP»

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) considerou da maior importância que esta discussão seja feita, mas considera que a mesma não é compatível com a audição regimental no contexto do OE2024. O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) indicou que o processo de privatização da TAP não é novidade, e que é enquadrado por um Decreto-lei, que já existe, e por um caderno de encargos que só agora começou a ser criado. Nesta fase, considerou, ainda não é útil a vinda do Senhor Ministro das Infraestruturas ao Parlamento, uma vez que não acrescentará nada de novo.

O senhor Deputado Bruno Dias defendeu que, nestes processos há dois momentos: o momento em que ainda não há nada para decidir, e o momento em que já não há nada para decidir. Considerou, no entanto, que a questão não está em nenhum destes dois momentos, e que o GP PS não tem interesse em discutir nem a privatização da TAP nem o OE2024.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos favoráveis de PSD, CH, IL PCP e BE, e o voto contra do PS.



## **Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

### **ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL**

5. Apreciação e votação do Relatório de Atividades referente à 1.ª Sessão Legislativa

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

6. Apreciação e votação do Relatório relativo ao Projeto de Lei n.º 190/XV/1.ª (CH)  
- «Altera a Lei Geral Tributária e a lei de bases da habitação no que diz respeito às manifestações de fortuna não justificadas e pela alteração da lei de bases da habitação»  
- Deputada relatora Márcia Passos (PSD)

A apresentação do relatório foi adiada a pedido da Deputada Relatora.

7. Apreciação e votação do Relatório relativo ao Projeto de Lei n.º 509/XV/1.ª (PCP)  
- «Estabelece o Regime de Recuperação do Controlo Público dos CTT» - relator Jorge Salgueiro Mendes

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência dos GPs do CH, IL e PCP.

8. Apreciação e votação do Relatório relativo ao Projeto de Lei n.º 745/XV/1.ª (PSD)  
- «Procede à quinta alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o Regime Jurídico do Transporte Coletivo de Crianças e Jovens, publicada no Diário da República n.º 75/2006, Série I-A de 2006-04-17, páginas 2783 - 2787 pela Assembleia da República, alterada pelo Decreto-Lei n.º 101/2021, de 19 de novembro, pela Lei n.º 5/2013 de 22 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 255/2007 de 13 de julho e pela Lei n.º 17-A/2006 de 26 de maio» - Deputado relator Bruno Dias (PCP)

O Senhor Deputado relator solicitou a dispensa da apresentação do relatório. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

9. Apreciação e votação do Relatório relativo ao Projeto de Lei n.º 792/XV/1.ª (IL) -  
«Simplifica eliminando a obrigatoriedade do dístico azul para a circulação na via pública dos veículos elétricos» - relator Jorge Salgueiro Mendes

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência dos GPs IL e PCP.



## **Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

### **ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL**

10. Apreciação e votação do Relatório relativo ao Projeto de Lei n.º 799/XV/1.ª (CH) - «Cria a Plataforma de Registo de Arrendatários Municipais (PRAM)» - Deputado relator Pedro Anastácio (PS)

A apresentação do relatório foi adiada por impossibilidade de comparência do Deputado Relator.

11. Apreciação e votação do Relatório relativo ao Projeto de Lei n.º 814/XV/1.ª (PAN) - «Aprova o regime jurídico de limitação de voos em rotas aéreas internas com ligação ferroviária alternativa satisfatória, assegurando a execução na ordem jurídica interna das medidas ambientais previstas no Regulamento (CE) n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008» - relator André Pinotes Batista (PS)

O GP PS solicitou a dispensa de apresentação do relatório. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

12. O Senhor Presidente deu nota da baixou à Comissão, em conexão, do Projeto de Lei n.º 914/XV/1.ª (CH) - «Atualiza o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 900»

13. Outros assuntos

14. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo BE, para «Audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado das Infraestruturas, sobre a degradação da situação dos trabalhadores dos bares dos comboios da CP e o estudo para internalização do serviço de bares»

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) deu nota de que o requerimento anterior sobre esta matéria não foi ainda agendado, mas surgimento de novos dados que dizem respeito ao estudo de internalização por parte da CP, justificam o novo requerimento para esclarecer os problemas encontrados. O Senhor Deputado Carlos Pereira indicou que o seu GP não tem objeções de fundo à audição do Senhor Secretário de Estado, mas tem informação de que está em curso um estudo sobre esta matéria, estando disponível para ouvir o Senhor Secretário de Estado depois de ser libertado esse estudo. A Senhora Deputada Isabel Pires

**Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

**ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL**

(BE) declarou ter recebido indicação dos trabalhadores da CP de que não há estudos em curso, e que a própria CP terá comunicado ao sindicato a impossibilidade de levar a cabo o estudo indicado, pelo que considera essencial apurar o ponto de situação junto do Senhor Secretário de Estado.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos favoráveis de PSD, CH, IL PCP e BE, e o voto contra do PS.

15. O Senhor Presidente deu nota da baixa à Comissão, em conexão, das seguintes iniciativas:

a. Projeto de Lei n.º 875/XV/1.ª (BE) - «Cria o programa de emergência para o alojamento estudantil» - Comissão competente: Educação e Ciência

b. Projeto de Lei n.º 892/XV/2.ª (CH) - «Assegura aos mutuários de crédito habitação a possibilidade de postecipar o pagamento de juros» - Comissão competente: Orçamento e Finanças

c. Projeto de Lei n.º 896/XV/2.ª (PCP) - «Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação» - Comissão competente: Orçamento e Finanças

16. O Senhor Presidente informou que não foram apresentadas propostas de alteração referente às iniciativas que abordam a temática sismos (PJL's 580/590/XV/1.ª). As iniciativas baixaram à 6.ª Comissão para nova apreciação na generalidade, pelo que as mesmas serão agendadas para plenário para votação na generalidade.

Finalmente, o Senhor Presidente transmitiu o pedido de uma delegação do Congresso Nacional do Povo da China para uma reunião conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças, a ter lugar dia 19 de outubro, solicitando uma ampla representação da Comissão

---



## Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

### ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL

**10h30** – Audição da APCA – Associação Portuguesa do Comércio Automóvel, no âmbito da apreciação na especialidade do **Projeto de Lei n.º 454/XV/1.ª (PSD)** - «Procede à Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, relativa aos Direitos do Consumidor na Compra e Venda de Bens, Conteúdos e Serviços Digitais»

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Afonso Oliveira (PSD) deu as boas-vindas à Direção da Associação Portuguesa do Comércio Automóvel, representada pelo Presidente, Dr. Nuno Silva, e pelo Dr. Vítor Gouveia, tendo concedido a palavra para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de questões usaram da palavra os Senhores Deputados Márcia Passos (PSD), José Rui Cruz (PS) e Filipe Melo (CH), tendo ambos os representantes da APCA respondido individualmente a cada uma das questões.

Na segunda e última ronda de questões, intervieram os Senhores Deputados Márcia Passos (PSD), José Rui Cruz (PS) e Filipe Melo (CH), tendo o Presidente da APCA, acompanhado do Dr. Vítor Gouveia, respondido, no final, ao conjunto das questões colocadas.

A audição foi objeto de [gravação vídeo](#) pelo Canal Parlamento, que é parte integrante da presente ata.

**12h00** – Audição da ARAN – Associação Nacional do Ramo Automóvel, no âmbito da apreciação na especialidade do **Projeto de Lei n.º 454/XV/1.ª (PSD)** - «Procede à Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, relativa aos Direitos do Consumidor na Compra e Venda de Bens, Conteúdos e Serviços Digitais»

De imediato, foi antecipada o início da audição, com o consenso do GP presentes, assim, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Afonso Oliveira (PSD) deu as boas-vindas ao Dr. Rodrigo Ferreira da Silva, Presidente da Direção da Associação Nacional do Ramo Automóvel, e à Dra. Tânia Mota, advogada da associação.





## **Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

### **ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL**

Após a intervenção inicial do Dr. Rodrigo Ferreira da Silva e da Dra. Tânia Mota, representantes da ARAN, na primeira ronda de questões usaram da palavra os Senhores Deputados Márcia Passos (PSD), José Rui Cruz (PS) e Filipe Melo (CH), tendo ambos os representantes da ARAN respondido individualmente a cada uma das questões.

Na segunda e última ronda de questões, intervieram os Senhores Deputados Márcia Passos (PSD), José Rui Cruz (PS) e Filipe Melo (CH), tendo o Presidente da ARAN, respondido, no final, ao conjunto das questões colocadas.

A audição foi objeto de [gravação vídeo](#) pelo Canal Parlamento, que é parte integrante da presente ata.

A reunião foi encerrada às 12:34 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de outubro de 2023.

**O PRESIDENTE**

**(AFONSO OLIVEIRA)**



**Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

**ATA NÚMERO 117/XV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)  
Carlos Pereira (PS)  
Fátima Correia Pinto (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Hugo Oliveira (PS)  
Jorge Botelho (PS)  
José Carlos Barbosa (PS)  
José Rui Cruz (PS)  
Pedro Coimbra (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
António Prôa (PSD)  
António Topa Gomes (PSD)  
Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Filipe Melo (CH)  
Carlos Guimarães Pinto (IL)  
Bruno Dias (PCP)  
Isabel Pires (BE)  
João Paulo Rebelo (PS)  
José Pedro Ferreira (PS)  
Norberto Patinho (PS)  
Vera Braz (PS)  
João Barbosa De Melo (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Carvalho (PS)  
Maria Begonha (PS)  
Salvador Formiga (PS)  
Paulo Rios De Oliveira (PSD)